

Revista Portuguesa
de História

pera „ mexor ingenio lo mucho que se podria decir délos Duques D. Joan y D. Theodosio ii.® .. las faltas desta obra que no serán pocas».

Não tem valor nenhum o Livro i.º. E porém muito importante o Livro 2.º, sendo, depois da *aChrônica do Condestabre*», a mais antiga Vida do Bº Nuno. O livro 3.º contém as notícias dos Duques de Bragança (i.º-v.º).

O autor seria, segundo A. G. DE SOUSA, *História Genealógica* 1, p. ccx, n.º 12, Fr. JERÓNIMO ROMAN, observando o mesmo autor : *ivi a cópia, que tem o Duque de Cadaval, tirada da que se conserva na Biblioteca Régia...»*.

CARLOS DA SILVA TAROUCA

Cari Erdmann

A cultura portuguesa, no sector das ciências históricas, e em particular a *Revista Portuguesa de História* estão em dívida para com o historiógrafo alemão Cari Erdmann, falecido em 1945. Pela parte da última, iremos prestar hoje modesta e breve homenagem ao eminente medievalista que a honrou com a sua colaboração, procurando, assim, reduzir um pouco a nossa conta de devedor confesso.

Atente-se que Erdmann iniciou a sua brilhante carreira de historiador por uma tese sobre um tema português, a que se seguiram logo outros trabalhos de vulto concernentes à nossa história (vide lista bibliográfica no fim), que lhe dão jus a lugar de destaque entre a plêiada de lusófilos ilustres, oriundos da *docta Germania*.

O pendor e simpatia de C. Erdmann pela história e gente lusitanas devem ter germinado numa prolongada estadia no nosso país, no termo da sua formatura universitária. Eis, a traços largos, as datas culminantes do seu *curriculum vitae* :

Cari Erdmann nasceu em Dorpat, no Báltico, a 27 de Novembro de 1898. De 1916 a 1919 cursou Teologia na Universidade

de Berlim, mas logo a seguir transitou para as Ciências Históricas, tendo sido discípulo do Prof. Paul Joachimsen, em Munique, onde se especializou na história do Papado e época da Reforma.

Nos anos de 1921 a 1924 residiu em Lisboa como preceptor numa casa particular alemã, aproveitando o tempo livre em trabalhos nas nossas bibliotecas e arquivos. Aí recolheu material para o tema da sua dissertação de formatura na Universidade de Berlim — *A Ideia da Cruzada em Portugal*.

Em 1924, deslocou-se para Würzburgo a fim de se dedicar a questões de história regional da Francónia. No ano de 1926 o Cons. Paul Kehr, que então dirigia as investigações e publicação dos mais antigos documentos pontifícios, chama-o para colaborar nessa obra, na parte respeitante a Portugal. De viagem para aqui, demora-se algum tempo em Madrid junto do Dr. Peter Rassow, a quem Paul Kehr destinara uma parte da investigação arquivística em Espanha. Este encontro obedeceu ao propósito de alcançar uniformização de métodos e critérios entre todos os colaboradores da obra.

A 25 de Abril do referido ano chega a Lisboa, demorando-se aqui até 3i de Outubro, período esse em que trabalhou intensamente nas bibliotecas e arquivos de Lisboa, Braga, Porto, Coimbra, Viseu, Viana do Castelo e Évora. Em Junho de 1927 volta Portugal para concluir o seu trabalho de investigação e recolha de fontes. O brilho e competência com que se desempenhou desta tarefa estão bem patentes nas duas obras magistrais que dela procedem (vide bibliografia).

A seguir à missão em Portugal é-lhe confiada outra de grande responsabilidade em Itália, como colaborador do Instituto Histórico da Prússia, em Roma, na organização da edição de diplomas pontifícios espanhóis, alemães e italianos em papiros. Em 1932 entra como Docente na Universidade de Berlim, e dois anos mais tarde colabora nos *Monumenta Germaniae Historica*, secção *Epistolae*.

A Guerra Mundial não poupou o sábio historiador, que veio a ser uma das suas vítimas. Chamado ao serviço militar em 1943, foi feito prisioneiro na Iugoslávia no ano seguinte e morreu em Belgrado a 5 de Março de 1945.

O primor do seu carácter, a firmeza de ideais e o puro estoicismo com que se desprende da vida estão perfeitamente testej-

munhados na notícia necrológica que dele nos dá E. R. CURTIUS, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter* (a. 1948) pág. 391-92, nota 5. Depois de afirmar que a sua morte constituiu uma das mais dolorosas perdas da ciência ocasionadas pela Guerra Mundial, e que alguns anos antes desta terminar ele previra já um fim desastroso para a sua pátria, o citado autor transcreve o seguinte passo de uma carta de Erdmann, escrita do cativo para sua irmã pouco antes de morrer:

«Por minha parte, estou inteiramente conformado, e no pouco tempo que ainda terei de vida sinto-me já para além do medo e da esperança... O verdadeiro Humanista, como eu sou, deve com efeito ser capaz de encarar resolutamente o termo da vida terrena e saber morrer com filosofia. De resto, só quando se enfrenta a morte é que realmente se reconhece se cremos ou não nos nossos ideais. Disponho-me, assim, a deixar este mundo com inteira serenidade e sem rancor.»

Ao ler com recolhimento e tristeza esta profissão de fé de que ressuma um misto de amargor e indulgência, lembro com saudade o tempo já distante (ano de 1926) em que Erdmann e eu frequentávamos diariamente o arquivo da Torre do Tombo: ele, bem apetrechado com vastos conhecimentos das ciências auxiliares e uma sólida cultura histórica; eu, professor liceal, da secção de línguas germânicas, ainda um simples curioso na pesquisa de fontes medievais, sem adequada iniciação nas ciências históricas. Não creio que a sua retina tenha fixado a minha imagem, pois éramos totalmente estranhos um ao outro (só nos últimos anos da sua vida travámos conhecimento por via epistolar). Contudo, a minha admirável memória visual gravou e conserva ainda hoje com perfeita nitidez a suave e franca expressão do Erdmann desse tempo.

A obra de Cari Erdmann assenta em sólidos alicerces — boa preparação nas ciências históricas, grande erudição e profundo conhecimento de fontes documentais, especialmente dos séculos x, xi e xii, adquirido em aturada pesquisa nos arquivos alemães, italianos e portugueses.

Assinala-a um cunho de originalidade e de aguçado espírito crítico, assim como um interesse acentuado pela história das ideias, das insígnias, dos símbolos e da literatura epistolar da

Baixa Idade Média. Os assuntos de preferência versados pelo autor são: história do Papado, lutas entre o Sacerdócio e o Império Germânico (questão das investiduras), as Cruzadas e vários estudos de crítica diplomática elaborados sobre as fontes por ele manuseadas, das quais publicou grande número.

Do seu vasto labor histórico, de que tenho conhecimento ainda muito incompleto, reportar-me-ei aqui apenas à parte concernente à história de Portugal. E no âmbito desta, só me alongarei um pouco na apreciação do volume *Papsturkunden in Portugal*, cuja introdução se torna basilar para trabalhos de investigação histórica portuguesa do período medieval, porque encerra o melhor estudo que até hoje se escreveu sobre a gênese, organização e fundos documentais dos arquivos históricos do país.

As primícias de Erdmann no campo da historiografia creio terem sido a sua dissertação universitária sobre a Ideia da Cruzada em Portugal e o artigo publicado em 1925 in *Germanisch-Romanische Monatschrift*, sob o título *Portugal und Frankreich im Mittelalter*. Neste último propõe-se o autor demonstrar que é inconsistente a teoria defendida a partir do século xvm de que a cultura francesa exerceu tal influxo e domínio entre nós desde o início da nacionalidade, que por ela se moldaram algumas das características diferenciais da grei lusitana no conjunto dos antigos reinos da Península. Observa que os autores que advogam a referida teoria se baseiam em quatro argumentos, a saber: a estirpe francesa do fundador da nossa primeira dinastia; a sujeição inicial do país ao mosteiro de Claraval, em matéria religiosa; a fixação aqui de colónias francesas para repovoamento, a seguir à Reconquista Cristã; o elemento francês no alto clero nos primórdios da nacionalidade.

Na contestação destes quatro factores desenvolve o autor o seu artigo que, em boa verdade, não apresenta agora o mesmo interesse que despertou quando foi escrito ha um quarto de século, pelo motivo de alguns dos argumentos em que firmou a sua contestação se haverem já vulgarizado, e também por um ou outro ser hoje impugnável.

Parece-nos, entretanto, inteiramente actualizada a sua conclusão de que falta fundamento à teoria de influências decisivas da França sobre o Portugal medieval.

A dissertação sobre «A Ideia de Cruzada em Portugal», presumivelmente refundida e ampliada, veio a lume em 1830. Além de notável capacidade crítica, patenteia aí o autor grande conhecimento das fontes medievais portuguesas, que alcançara poucos anos antes nas investigações aqui feitas para os seus «Documentos Pontifícios».

O problema abordado não era novo para a historiografia portuguesa e estrangeira. Todavia, Erdmann consegue trazer para ele dados inéditos e conclusões originais de suma importância. Segundo o autor, até quase o termo do século *xv* as campanhas da Reconquista na Península não tiveram por móbil e principal incentivo a diversidade de credos religiosos, pelo que é erróneo interpretá-las como verdadeiras cruzadas. Para o afirmar baseia-se: *a)* nas relações amistosas e frequentes alianças entre príncipes cristãos e muçulmanos da Península para combaterem outros de ambos os credos; *b)* na ausência de clima apropriado à expansão e engrandecimento das ordens militares do Templo e de S. João do Hospital, durante mais de meia centúria após a sua criação em França; *c)* na complacência e generosidade da milícia portuguesa para com os combatentes mouros na investida dos baluartes sarracenos, em perfeito contraste com a severidade e fanatismo dos cruzados do Norte que tomaram parte nessas empresas guerreiras.

O espírito de cruzada, de guerra santa, germinou e veio a consolidar-se também em Espanha, é certo; porém, mais tardiamente e por lenta evolução, tendo por principais factores a Cúria Romana, o convívio com os cruzados do Norte, as Ordens de Cavalaria originárias de França, e as que à sua imagem se criaram na Península, na segunda metade do século *xii*. (Deveria aqui incluir-se como factor importante, creio eu, a acção das instituições monásticas procedentes de além-Pirinéus).

Erdmann prossegue no desenvolvimento do seu ponto de vista: A batalha de Navas de Tolosa (1212) corresponde à primeira grande cruzada espanhola contra o Islão, porque nela tomaram parte, como aliados, todos os reinos cristãos da Península. Para Portugal, a época de genuína cruzada contra os mouros abrange a primeira metade do século *xiii*, o que equivale a dizer que essa ideia só aí floresceu com plenitude mais de um século após o seu aparecimento em França. A batalha do Salado (1340) representa

«o ponto culminante da evolução da ideia da cruzada contra os mouros, pelo menos no que diz respeito a Portugal».

Constata, a seguir, o autor que as fontes narrativas peninsulares do século xiv em diante apresentam as lutas contra os mouros ♦desde o início da Reconquista com o carácter de guerra santa que assumiu o movimento das cruzadas. Essa falsa visão, que induziu também em erro a historiografia moderna, é uma resultante do retardamento da ideia da cruzada na Península, pelos motivos apontados. Por sua vez, este último facto contribuiu para que coincidissem aqui o apogeu do espírito de cruzada com o total declínio do domínio sarraceno no Portugal continental. E este .sincronismo favoreceu grandemente a expansão ultramarina dos portugueses, em que a Ordem de Cristo desempenhou papel primordial como herdeira directa e mais alto expoente do movimento das Cruzadas.

O conceituoso estudo de Erdmann acha-se ainda enriquecido com dados novos sobre as origens das ordens do Templo e de S. João, em Portugal.

O volume de documentos pontifícios (*Papstur hunden in Portugal*) e o estudo crítico elaborado sobre esses documentos «O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa» (*Das Papsttum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte*) são a obra capital de Erdmann sobre matéria de história de Portugal. Revela aí o autor vastos conhecimentos de historiografia portuguesa e um trabalho exaustivo de investigação das fontes pontifícias em nossos arquivos e bibliotecas.

Não é, por isso, de estranhar que, decorrido já um quarto de século sobre a data da publicação daquele volume, não haja novos documentos a acrescentar aos que nele se acham registados e coligidos.

A importância desta colectânea para a história das relações entre o Papado e Portugal no século xiii ressalta das considerações que o autor faz no final do § i.º da Introdução:

Até certo modo, diz-nos ele, o trabalho em Portugal foi deveras compensador. Em parte alguma se colheu maior número de documentos pontifícios inéditos para os *Regesta Pontificum Romanorum*, pois aqui os inéditos constituem mais de dois terços do espólio conservado. Assim, pode fazer-se a afirmação

de que só através deles se torna acessível o conhecimento da actividade da Cúria Romana em Portugal nesse tempo.

O volume contém 160 documentos do período 1101-1198, reproduzidos com rigor diplomático e precedidos de sumário, data, tradição, cota arquivística, indicações bibliográficas e notas críticas.

A Introdução reparte-se em três parágrafos. No i.º faz o autor uma breve resenha da sua tarefa e da dificuldade na pesquisa das fontes com que depara o investigador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Aponta como causas imediatas dessas dificuldades a míngua de índices e a má arrumação dos cartórios eclesiásticos ali incorporados depois da extinção das Ordens Religiosas; e como causa remota desse mal, assim como da perda ou mutilação de bastantes fundos, os fins exclusivamente fiscais a que de início obedeceu a requisição dos cartórios monásticos pelo Estado. Mais tarde, é certo, surgiram pontos de vista científicos que, todavia, provocaram novos parcelamentos das colecções primitivas, igualmente funestos.

Não resta dúvida de que uma grande parte dos documentos foi por vias diversas parar à Torre do Tombo, o arquivo central do Estado, mas muitos dos cartórios eclesiásticos ali reunidos apresentam-se fraccionados em três e até seis partes (*). Característico do estado actual das coisas é o facto de ainda se conservarem em arquivos provinciais os índices de origem de grande parte dos fundos que se deslocaram para Lisboa.

Seguidamente, o autor faz referência à colaboração da Academia das Ciências nos trabalhos preparatórios dos *Regesta Pontificum Romanorum* e à coincidência de interesses entre a douta instituição e a comissão encarregada daquela publicação. Com efeito, os documentos pontifícios para Portugal são conhecidos a partir de 1101; compreendem, por isso, o material para um

(4) Devo observar que as deficiências aqui justificadamente apontadas pelo autor já em parte se removeram depois da publicação do seu livro em 1927. Quanto a índices, há que juntar aos que o autor cita, o *Index Indicium* do Dr. J. M. da Silva Marques que presta bons serviços ao investigador. Sobre a reconstituição de cartórios dispersos vide o meu estudo sobre «A Colecção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo», separata da *Rev. Port. de Hist.* ni, e o prefácio aos *Documentos Medievais Portugueses*, (particulares) t. ui.

novo volume dos *Diplomata & Chartae*, uma das secções dos *Portugaliae Monumenta Historica*, organizados e editados pela Academia.

O académico e grande erudito Pedro de Azevedo, que ao tempo dirigia os trabalhos da referida secção dos *PMH.*, foi um auxiliar valioso de Erdmann. A sua proficiência em materia de arquivos e de diplomática portuguesa recorreu com frequência o autor alemão. Também Mgr. José Augusto Ferreira, então protonotário apostólico em Braga, igualmente sócio da Academia das Ciências, se esforçou pelo bom êxito da publicação dos Documentos Pontifícios. Erdmann louva ainda a solicitude para com ele de todo o pessoal maior das nossas bibliotecas e arquivos.

No § 2.^o o autor descreve-nos nas suas linhas gerais, mas com justeza e segurança, a evolução da historiografia portuguesa, abarcando na sua recensão tanto as obras impressas, como as manuscritas, ainda inéditas, de maior relevo. A velha Academia Real da História Portuguesa e à Academia das Ciências dá o devido realce no papel que lhes coube na divulgação de fontes e na reconstituição histórica.

No § 3.^o ocupa-se da secularização dos cartórios eclesiásticos e sua incorporação nos arquivos do Estado. Esta parte é a mais valiosa da Introdução, tendo o autor carregado para ela muitos dados até ai desconhecidos pela maioria dos eruditos portugueses. Dispensamo-nos de a descrever aqui pela circunstância de haver já sido traduzida, na íntegra, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, série 11, vol. vm (a. 1927), págs. 48-57. Devo, contudo, prevenir o leitor de que essa tradução é por vezes infiel, tornando até o texto ininteligível.

Pode afirmar-se que Erdmann, com o método e disciplina de bom diplomata que é, consegue, apesar de estrangeiro, reconstituir com perfeita exactidão o itinerário e vicissitudes do enquadramento de grande número de cartórios no nosso arquivo central, de modo a legar-nos uma preciosa página da história do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O investigador medievalista que se proponha fazer aí pesquisa intensa e sistemática, para o que terá necessariamente de se embrenhar por meandros e atalhos até chegar ao *hinterland* dessa densa floresta, encontrará no citado estudo um guia seguro e boa sinalização para o seu percurso.

Por mim, nunca poderei esquecer quanto fiquei devendo a Cari Erdmann no dia em que tive a ventura de ler pela primeira vez (em 1928) a preciosa introdução dos *Papsturkunden in Portugal*. Com efeito, nos meus trabalhos históricos várias vezes me serviu ela de roteiro; como constituiu também o principal esteio bibliográfico e heurístico da Sr.^a Abiah Reuter para o seu volume de *Chancelarias Medievais Portuguesas*.

A introdução segue-se o registo da tradição dos documentos pontifícios do século xm respeitantes a Portugal, existentes no original ou em cópias. Primeiramente, os que se guardam na Torre do Tombo, tanto no fundo antigo como nas colecções que posteriormente ali recolheram, seriados estes por distritos ; a seguir, o espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda e, finalmente, o dos restantes arquivos distritais do país.

Não se pense, porém, que se trata aqui de uma seca e monótona inventariação de fontes. Acompanha-a uma resenha histórica e bibliográfica para cada instituição monástica ou episcopal. E a valorizar ainda mais o seu trabalho encontram-se a cada passo juízos críticos do autor, fundamentados na análise dos códices donde recolhe material. Para comprovar a importância desta parte, indicarei aqui alguns exemplos:

1. Declara e demonstra o autor que o códice, procedente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que se guarda hoje na Torre do Tombo sob a cota maço 12 de Forais Antigos n.º 4, não passa de simples cópia do maço 12 de Forais Antigos n.º 3, que é o original do Registo da chancelaria de Afonso II. Naquela os documentos foram ordenados segundo os assuntos, mas apresenta-se mais incompleta do que o original. E observa que este é, depois do inglês, o mais antigo registo de chancelaria régia que se conhece (pág. 38, nota 1).

2. Descobre que o documento da Colecção das Gavetas — gav. 16, maço 2, n.º i5 — é um caderno do século xm, que contém a parte inicial de um cartulário da chancelaria de Afonso II, onde se transcreveram documentos quase exclusivamente pontifícios, existentes no primitivo arquivo régio (pág. 40-41).

3. Chama a atenção para a importância que para a história da Diplomática oferece a peça do processo sobre a contenda entre a Coroa e a Ordem do Templo, que se acha transcrita no Livro dos Mestrados, fl. 5i e segs. (pág. 57).

4. Ao examinar na Biblioteca de Évora o cartório do cabido reconhece que, dos três códices que contêm as composições da Sé com as igrejas diocesanas, o chamado Livro III é um cartulario original do século xiv, ao passo que os Livros I e II são apenas cópias daquele, feitas nos séculos xiv e xv (pág. 126).

5. Aponta sucintamente, mas com rigor, as principais características do Livro Preto da Sé de Coimbra, do Livro Santo e Livro de D. João Teotónio de Santa Cruz de Coimbra (págs. 70 e 77-79).

6. Consegue esclarecer o emaranhado problema sobre a existência e andanças do cartório da Ordem do Hospital, o que, antes de si, não conseguira J. DELAVILLE-LE-ROULX, «Les archives de l'ordre de Hôpital dans la péninsule Ibérique», in *Nouvelles archives des missions scientifiques et littéraires*, iv, pág. 123 e segs. (págs. 96-97).

7. Faz análise magistral do «Liber Fidei» do arquivo distrital de Braga. Os dados e conclusões do autor são preciosos para um futuro estudo crítico e monográfico do valiosíssimo códice. Interessa, também, o seu ponto de vista, muito plausível, sobre a génese fraudulenta do cartulário do século xvii, do referido arquivo, designado *Rerum Memorabilium* (págs. 143-149).

Como estes, tantos outros dados e juízos críticos nos faculta Erdmann neste volume de altíssimo valor para os medievalistas portugueses.

A comunicação *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei*, que Erdmann apresentou ao Congresso do Mundo Português em 1940, pela celebração do oitavo centenário da nacionalidade, aborda um tema muito discutido pela moderna historiografia portuguesa. O autor opina, com bons fundamentos, que o título régio procede directamente da vitória de Ourique, opinião simultaneamente defendida por Costa Veiga no seu *Relatório acêrca da localização da batalha de Ourique*.

O principal óbice a essa conclusão, que ia ao encontro da tradição secular recolhida pelas fontes narrativas, era a existência de um diploma régio de Março de 113g — portanto alguns meses anterior à batalha de Ourique — no qual D. Afonso Henriques se designava como rei. Esse diploma fora já antes por mim identificado como autógrafo da mão de Pedro Alfarde, de Santa Cruz de Coimbra, tendo eu admitido a hipótese de se tratar de documento

reescrito ou remodelado pelo referido notário crúzio, alguns anos posteriormente à sua data.

Não tinha, porém, ainda incidido sobre ele a crítica interna, o que Erdmann criteriosamente fez na presente comunicação, em que apresenta provas irrefragáveis de que o diploma não merece fé_r ou, pelo menos, tem a data errada. Já depois do seu estudo_y, voltei a analisá-lo (nesta *Revista*, tomo i, págs. 177-183), tendo encontrado novas características de ordem externa conducentes a comprovar a minha hipótese de que se trata de produção ou remodelação tardia de Pedro Alfarde, e por conseguinte não pode este diploma ser aduzido como testemunho de 113g.

Outro documento sobre que Erdmann aqui se pronuncia em matéria subsidiária do seu tema é a «notícia» do pacto de amizade entre Afonso VII de Leão e D. Afonso Henriques, celebrada em Tui a 4 de Julho de 1137.

Sobre o carácter diplomático e jurídico desse documento, existente em cópia, manifestam-se duas correntes opostas entre os historiógrafos portugueses: uma, a tradicional, favorável à sua legitimidade como documento probatório do acto; outra, classificando-a como simples rascunho ou mera notícia sem validade, por lhe faltarem as características de instrumento directo do tratado de paz.

Erdmann, com sua autoridade de bom diplomata, além de alheado de todo o espírito de polémica, pronuncia-se francamente pelo lado dos primeiros, considerando a referida «notícia» como o instrumento comprovativo das condições de paz aceites por D. Afonso Henriques, e admitindo o extravio, entre nós, da sua contrapartida, ou seja a «notícia» atestativa dos compromissos tomados por Afonso VII.

O último trabalho histórico de Erdmann sobre matéria portuguesa veio a público nesta *Revista* (vide nota bibliográfica). *Um falso documento pontifício de Coimbra*, assim se designa ele, é um estudo magistral de diplomática pontifícia, que ao mérito de proceder da pena de uma autoridade na matéria junta o de apresentar forma didáctica, que se presta excelentemente à iniciação nesse ramo da Diplomática, ainda mal conhecido entre nós.

A génese deste artigo, que é uma adaptação de uma longa epístola a mim dirigida pelo autor, foi a notícia que eu dei nos meus *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra*, pág. 30,

nota i, do aparecimento, no Arquivo da Universidade de Coimbra, de um mandato original de Lúcio II posteriormente à publicação dos *Papsturkunden*. Em face da fotografia, que enviei a Erdmann para Berlim, fãcilmente reconheceu tratar-se de um falso, embora munido de selo genuino, que ele pormenorizada e sabiamente analisa no artigo em questão.

Da pena de Carl Erdmann, cuja preciosa contribuição para o progresso dos estudos históricos portugueses se encarece nesta breve exposição, ainda muito havia a esperar. Surgiu, porém, a Guerra Mundial; e, como já dizia Schiller na poesia dedicada à guerra de Troia, *Ya der Krieg verschlingt die Besten* (*).

RUY DE AZEVEDO

NOTA BIBLIOGRÁFICA

1. *Portugal und Frankreich im Mittelalter*, GRM i3 (1925).
2. *Papsturkunden in Portugal*, Abh. Ges. Wiss. Gottingen, phil.-histor. Kl. 20, 3 (1927).
- #3. *Mauritius Burdinus (Gregor Vili), Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken* 19 (1927).
- # 4. *Das Papsttum und Portugal im ersten Jahrhundert der portugiesischen Geschichte*. Abh. der preuss. Akademie der Wissenschaften, phil.-hist. Klasse 1928, 5.
5. *Die Wiedereröffnung des Trienter Konzils durch Julius III. Quellen und Forschungen* 20 ((928/29).
- #6. *Der Kreutfugsgedanke in Portugal*. HZ 141 (1930).
7. *Pontificum romanorum diplomata papyracea quae supersunt in tabulariis Hispaniae, Italiae, Germaniae, phototypice expressa iussu Pii XI consilio et opera procuratorum Bibliothecae Apostolicae Vaticanae*. Rom 1929. Transcriptionen von K. Silva-Tarouca und C. Erdmann.
8. *Vom Archivwesen Portugals*. Archivalische Zeitschrift III. Folge, 5. Bd. (1929).
- 9. *Zur Entstehung der Formelsammlung des Marinus von Eboli*. Quellen und Forschungen 21 (1929/30).
10. *Unbekannte Briefe des Kardinals Farnese an den Nuntius Bertano (i54g)*. Quellen und Forschungen 21 (1929/30).

(²) Ao Dr. Albin E. Beau, professor de alemão na Universidade de Coimbra, deve este artigo preciosos dados biográficos, além da nota bibliográfica que se segue. Por tudo lhe testemunhamos o nosso reconhecimento.

11. *Une Bulle sur papyrus du pape Formose en faveur de Saint-Denis* (trad. Henri Jassemin). Bibliothèque de l'école des Chartes 91 (ig30).
12. *Das Wappen und die Fahne der römischen Kirche. Quellen und Forschungen* 22 (iQ30/31).
13. *Die Aufrufe Gerberts und Sergius IV. für das Heilige Land. Quellen und Forschungen* 23 (iQ31/32).
14. *Endkaiser glaube und Kreu^ugsgedanke im XI Jahrhundert. Zeitschrift für Kirchengeschichte* 5i (1932).
- i5 *Die Briefe Meinhards von Bamberg. Neues Archiv* 49 (1931/32).
16. *Vatikanische Analekten jur Geschichte Ludwigs des Bayern. Archivaische Zeitschrift* III. Folge, 8. Bd. (ig3i).
17. *Der Heidenkrieg in der Liturgie und die Kaiserkrönung Ottos I. Mitteilungen des oesterreichischen Instituts für Geschichtsforschung* 46 (1932).
18. *Kaiserfahne und Blutfahne. Sitzungsberichte der preuss. Ak. der Wissenschaften* 1932.
19. *Ausgewählte Briefe aus der Salier^eit. Texte zur Kulturgeschichte des Mittelalters. Heft 7, Rom* ig33.
20. *Ein karolingischer Konzilsbrief und der Fürstenspiegel Hincmars von Reims. Aus dem Nachlass Gerhard Laehrs herausgegeben von C. Erdmann, Neues Archiv* 50 (1933/35).
21. *Zu den Quellen des Codex Udalrici. Neues Archiv* 50 (1933/35).
22. *Kaiserliche und päpstliche Fahnen im hohen Mittelalter. Quellen und Forschungen* 25 (1 Q33/34).
23. *Die Entstehung des Kre^ugsgedankens. Forschungen zur Kirchen- und Geistesgeschichte, Bd. 6* (1935).
24. *Der Käme Deutsch. In: Karl der Grosse oder Charlemagne?* 1935.
25. *Fabulae Curiales. Neues %um Spielmannsgesang und %um Ei^o-Liede. Zeitschrift für deutsches Altertum* 73 (1936).
26. *Die Bamberger Domschule im Investitur streit. Zeitschrift für bayerische Landesgeschichte* 9 (iglò).
27. *Die Anfänge der staatlichen Propaganda im Investiturstreit. HZ* 154 ('936).
28. *Tribur und Rom. Zur Vorgeschichte der Canossafahrt, DA* 1 (1937).
29. *Gesta Romanae ecclesiae contra Hildebrandum. Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte, kanonist. Abt.* 26 (1937).
30. *Die Briefe Heinrichs IV. MGH, Deutsches Mittelalter* 1 (1937).
31. *Gregor VII. und Berengar von Tours. Quellen und Forschungen* 29 (1938/9).
32. *Studien %ur Brief Literatur Deutschlands im XI. Jahrhundert. Schriften des Reichsinstituts* 1 (1938).
33. *Der ungesalbte Könige DA* 2 (1938).
34. *Zu den Sekretregistern Johanns XXII. Quellen und Forschungen* 29 (•938/9).
35. *Untersuchungen %u den Briefen Heinrichs IV. Archiv für Urkundenforschung* 16 (1939^).
36. *Die Brief Siegel des hohen Mittelalters. DA* 3 (1939).

37. C. Erdmann und D. v. Gladiss: *Gottschalk von Aachen im Dienste Heinrichs IV.* DA 3 (1939).
38. *Signum Hecilonis episcopi.* Historisches Jahrbuch 60 (1940).
39. *Die Annahme des Königstitels durch Alfons I. von Portugal.* Congr. do Mundo Português, 1940.
40. *Briefsammlungen.* In Wattenbach-Holtzmann, Deutschlands Geschichtsquellen im Mittelalter 1 (1940).
41. *Beiträge für Geschichte Heinrichs I.* 1 *Der Königshof Bodfeld.* 2 *Die Quedlinburger Heinrichlegende.* 3. *Zur Frage der «Kanzlei» Heinrichs I.*— Sachsen und Anhalt 16 (1940).
42. *Beiträge für Geschichte Heinrichs I.* 4 *Burg und Kirche für Quedlinburg.* 5. *Der Beinamen «Vogler».* 6 *Die Halskette Hattos von Mainz.* — Sachsen und Anhalt 17 (1941/3).
43. *Das Grab Heinrichs I.* DA 4 (1941).
44. *Konrad II. und Heinrich III in der Ecbasis Captivi.* DA 4 (1941).
45. *Zur Fürstentag von Tribur.* DA 4 (1941).
46. *Leonitas.* Zur mittelalterlichen Lehre von Kursus, Rhythmus und Reim. In: Corona Quernea. Festgabe Karl Strecker zum 80. Geburtstag dargebracht. Schriften des Reichsinstituts 6 (1941).
47. *Die Entstehungsfeiten des «Valtharius» und der «Ecbasis Captivi».* Forschungen und Fortschritte 17 (1941).
48. *Die Burgenordnung Heinrichs I.* DA 6 (1943).
49. *Das ottonische Reich als Imperium Romanum.* DA 6 (1943).
50. *Nachruf auf Hans-Walter Klewitf.* DA 6 (1943).
- # 51. *Um falso documento pontificio de Coimbra.* Rev. Port. de Hist. 2 (1943).
32. *Der Profess Heinrichs des Löwen.* In: Kaisertum und Herzogsgewalt im Zeitalter Friedrichs I. Schriften des Reichsinstituts 9 (1944).
53. *Briefsammlungen der Zeit Heinrichs IV.* Bearbeitet von C. Erdmann und Norbert Fockermann. MGH. Die Briefe der deutschen Kaiserzeit 5 (1950).
54. *Der Entschluss für deutschen Abfassung des Sachsenspiegels.* DA 9
55. *Lorschungen für politischen Ideewelt des Frühmittelalters* (1. *Die nichtromische Kaiseridee.* 2. *Königs — und Kaiserkrönung im ottonischen Pontifikale.* 3. *Die Würde des Patricius unter Otto III.* 4. *Bernd von Reichenau und Heinrich III.* 5. *Anselm der Peripatetiker, Kaplan Heinrichs III.* 6. *Ornulf von Speyer und Amarius*). Aus dem Nachlass herausgegeben von Friedrich Baethgen, Berlin, 1951 (contendo uma biografia de Erdmann por F. Baethgen).

= traduzidos para Português.

DA = *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters.*

GRM = *Germanisch-romanische Monatsschrift.*

HZ = *Historische Zeitschrift.*

MGH = *Monumenta Germaniae Historica.*